



AS DISCUSSÕES SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PRESENTES NOS RELATÓRIOS DO PRESIDENTE DO ESTADO (1889-1909)

Kalinka de Oliveira Schmitz¹

Introdução

A imigração no Rio Grande do Sul iniciou oficialmente no ano de 1824, sob a administração direta do governo imperial; no sul do Brasil, o berço da colonização alemã foi São Leopoldo, onde ocorreram as “primeiras experiências da colonização oficial” (ROCHE, 1969, p. 94)². O governo central havia criado um programa de imigração, que além da propaganda na Europa sobre as colônias, contava também com subsídios para os colonos durante algum tempo, desde as passagens para o Brasil, até o momento que conseguissem se sustentar por conta própria – isso foi posteriormente cancelado, visto ser oneroso para os cofres públicos.

Porém, o início do projeto de colonização foi conturbado, principalmente no tocante à concessão dos lotes e à própria organização da colônia (Roche, 1969). Além da demora na demarcação e concessão dos lotes coloniais nos primeiros tempos de colonização, havia também conflitos envolvendo as pessoas que habitavam a região – antes do início do movimento migratório –, os funcionários que mediam e demarcavam os lotes e os colonos alemães. Isso tudo dentro “do contexto da política fundiária brasileira e no processo de estruturação da propriedade privada da terra” (TRAMONTINI, 2000, p. 68)³, ou seja, já havendo uma disputa sobre a posse da terra no país, envolvendo latifundiários, posseiros, intrusos e indígenas, esta passa a envolver um novo elemento, o colono europeu (e posteriormente seus descendentes).

Com a Proclamação da República no ano de 1889, a responsabilidade sobre a questão de imigração e colonização no Estado ficou a cargo do governo provincial que opta, principalmente,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na pela Universidade de Passo Fundo, sob orientação da professora Dra. Rosane M. Neumann. Bolsista Capes pelo projeto “Bases históricas dos conflitos agrários contemporâneos no norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina: indígenas, quilombolas e pequenos agricultores”. Email para contato: kalinka.oschmitz@gmail.com.

² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

³ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

por desenvolver as colônias criadas pelo governo Imperial, não tendo como principal objetivo a criação de novas colônias – mas mesmo assim, criando algumas –. Isso ocorre, entre outros motivos, pelo fato de que com a troca de regime político, as terras devolutas passam a ser responsabilidade de cada Estado. Dessa forma, ocorreu toda uma reorganização estatal para atender essa área. As ações tomadas eram pautadas também no Positivismo, linha de pensamento seguida pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) durante todo o tempo em que estiveram no poder estadual, influenciando também a ação da Diretoria de Terras e Colonização, já que vários funcionários da mesma também eram ligados ao positivismo, como por exemplo, Carlos Torres Gonçalves.

Como no início do século XX ocorre uma diminuição das reservas de terras devolutas – em decorrência do forte movimento migratório que transcorreu em praticamente todo o século anterior – houve, conseqüentemente uma diminuição nas ações de colonização por parte do Estado.

Deste modo, uma das primeiras ações do governo rio-grandense foi a criação de comissões de verificação de posse, para que houvesse um levantamento sobre a real quantidade de terras devolutas existentes no Estado, além de também realizar a regularização da propriedade. Essa comissão averiguava o real tamanho de propriedades, a fim de verificar se haviam sobras de terras públicas incorporadas pelos proprietários, para que elas fossem desmembradas da área real da propriedade, e assim voltassem a serem do Estado e pudessem ser comercializadas a terceiros ou colonizadas, gerando lucros para o Tesouro Estadual (NEUMANN, 2016)⁴.

Posteriormente, é reorganizada a Diretoria de Terras e Colonização, e são criadas várias Comissões de Terras e Colonização para continuar o trabalho de averiguação da questão de colonização, organizando as colônias públicas e fiscalizando as colônias particulares, para que o colono tivesse alguma segurança na sua relação com as empresas colonizadoras (no caso da colonização particular), assim, vale lembrar que, durante todo o período de colonização no Estado houve tanto colônias públicas (criadas pelo Estado) e colônias particulares (iniciativa particular).

Apesar de existir essa divisão sobre qual esfera de poder era responsável pela imigração e colonização – no império era o poder central, com a república era o poder estadual – houve, ao longo do século XIX e início do XX, vários acordos entre os dois governos no que concernia a esse campo; Roche reforça esse fato quando afirma que “a organização administrativa no que concerne à recepção, instalação e tutela dos colonos foi por várias vezes modificada” (1969, p. 104). Até que no ano de 1914 acaba oficialmente a imigração oficial para o Estado, continuando apenas a imigração espontânea, que por sua vez possuía a simpatia do governo republicano, marcadamente

⁴ NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016.

positivista (NEUMANN, 2016). É justamente entre 1889 e 1914, que ocorre o período de “rápido desenvolvimento dos núcleos coloniais herdado do Império, ou fundados pelo Estado a partir de 1890” (ROCHE, 1969, p. 125).

Através dos Relatórios de Presidentes de Província, é possível acompanhar toda a discussão do governo estadual sobre a imigração e colonização no Estado, e como o pensamento positivista estava presente nesses textos. Iremos analisar os relatórios na ordem cronológica – em alguns momentos isso não ocorre por conta do assunto tratado ser próximo e estar em relatórios diferentes –, sempre atentando para o fato de que os dados presentes são do ano anterior à publicação do relatório.

Os Relatórios de Presidente de Província podem ser encontrados online na página *Center for Research Libraries*⁵, e abarca de 1830 até 1930.

A imigração e a colonização discutida nos relatórios

Antes de discutir o que os relatórios apresentavam sobre a imigração e a colonização, cabe ressaltar o forte discurso presente em todos os relatórios sobre a questão da infraestrutura no Estado, principalmente na região colonial. Havia uma preocupação muito grande no que se referia às condições de estradas de rodagem e ferrovias, pois, conforme defendiam, com a infraestrutura boa, facilitaria o trânsito de pessoas e mercadorias, o que contribuiria para que aquela região pudesse se desenvolver mais rapidamente, contribuindo para a economia estadual, e atraindo migrantes espontâneos, voltando dessa forma, ao mote positivista de que seria através da ordem que viria o progresso.

Durante o período de transição políticas, teve de ser realizada também a transmissão das colônias que haviam sido fundadas pelo governo imperial, essa transmissão “foi demorada e provocou uma confusão prejudicial à boa marcha do serviço, assim como ao interesse dos colonos” (ROCHE, 1969, p. 120).

Desse modo, havia ainda, nos relatórios, críticas ao regime monárquico, pois, de acordo com os republicanos, os monarquistas não haviam feito um bom trabalho no Estado, pois, além de não terem realizado uma fiscalização mais rígida sobre a questão das terras devolutas – e por isso grandes extensões de terras públicas haviam sido incorporadas à propriedades particulares –, não haviam dispensado atenção suficiente para a questão da colonização nas últimas décadas do século XIX. É possível perceber esse fato quando, no relatório de 1889, há a seguinte afirmação:

⁵ Para acessar a página: <http://www.crl.edu/>

Se foi para lamentar que a província deixasse de atender ativamente aos serviços da colonização, hoje, na fase atual da sociedade brasileira, cumpre não só reparar o erro mas empregar todos os meios para, aumentando a população agrícola, prevenir os males futuros consequentes da transformação do trabalho. (FALA À ASSEMBLÉIA..., 1889, p. 17)⁶

A partir desse trecho, podemos perceber além da crítica à administração do regime anterior, que havia uma preocupação em realizar investimentos para recuperar e desenvolver a colonização do Estado. Para embasar uma maior atenção do poder público à imigração e colonização, eram citadas diversas colônias onde já havia uma passagem da indústria pastoril para a agricultura, em centros coloniais como, por exemplo, São Leopoldo, Santa Cruz e Três Forquilhas, e as modernas colônias de Conde D’Eu, Caxias e Silveira Martins.

Algo que chama a atenção é a relação que é feita entre a entrada de imigrante e a transição do regime escravista para o de trabalho livre no Estado. Já que havia sido no ano anterior a assinatura da abolição, e o tema ainda era relativamente recente. Uma vez que com a entrada de uma nova força de trabalho, não seria tão sentido para a economia o fim da escravidão (FALA À ASSEMBLÉIA..., 1889).

O aumento dessa mão de obra livre, além de suprir o trabalho escravo, também iria produzir mais cereais e fortaleceria a agricultura, num momento em que a economia pastoril estava em crise, agravando a economia estadual. Além do fortalecimento da agricultura, a colonização também serviria para fortalecer o mercado interno, com uma maior circulação monetária.

A colonização também era vista como algo extremamente estratégico; os colonos que viessem para o Estado não iriam, consequentemente para outros, e fortaleceriam a economia daqui com sua produção agrícola, e não de outros Estados, o que faria com que houvesse uma diminuição da importação de produtos rio-grandenses.

Tendo isso em mente, o governo afirma que toda a população estadual deveria ser ciente dos benefícios que a imigração e colonização traziam, e assim, trabalhar em favor de ambos. Ao mesmo tempo, afirmavam que “nenhuma despesa será mais reprodutiva do que a dos dinheiros aplicados no povoamento do nosso território” (FALA À ASSEMBLÉIA..., 1889, p. 19), justificando desse modo os gastos com toda a estrutura que era voltada para o povoamento com (i)migrantes, como por exemplo, o gasto com demarcações e legitimações de propriedade.

Ao comparar as taxas de imigração para o Rio Grande do Sul com as taxas de outros Estados

⁶ FALA que á Assembleia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exm. Sr. Barão de Santa Tecla, vice-presidente da província. 27 de novembro de 1888. Porto Alegre. Tipografia a Vapor do Jornal do Comércio, 1889.

– é citado São Paulo –, são discutidas também maneiras de melhorar o número de imigrantes que entram no Estado, já que em números de entradas, haviam sido ultrapassados por São Paulo, por exemplo; dentre as discussões para que esse panorama fosse alterado, estava a argumentação de que “a colonização pelo sistema de pequena propriedade foi e sempre há de ser preferida pelos imigrantes; em toda parte e em todos os tempos os servos querem passar a senhores ou emancipar-se” (FALA À ASSEMBLÉIA..., 1889, p. 19), ou seja, estavam contrastando o sistema de parceria utilizado em São Paulo, onde colonos iriam suprimir o trabalho escravo nas lavouras de café, com o tipo de colonização do Rio Grande do Sul, onde o imigrante se transformava no colono proprietário de suas próprias terras, sem ser subalterno de ninguém.

As diferenças entre as formas de colonização nos dois Estados também foi discutida por Silva⁷ em seu livro *Caboclos e Colonos*, quando ao discutir conflitos entre os colonos nas fazendas paulistas, utiliza do relato de um colono que participa da contenda em uma fazenda paulista, o colono Davatz, que após relatar as diferenças entre o que é prometido e o que realmente é cumprido quando chegam ao Brasil, aconselha os europeus, que, se fosse para virem ao Brasil, que escolhessem as colônias do Sul (2016, p.54), dando a entender que se fosse para um europeu sair de seu país, que fosse para ser dono de sua própria terra, no sul do Brasil, e assim, não ficasse à mercê dos proprietários de fazendas em São Paulo.

Essa diferenciação na forma de colonização entre os dois Estados é presente no discurso de Castilhos no ano de 1896 quando é posto que no Rio Grande do Sul “ela não equivale aqui á importação de simples trabalhadores ou assalariados, a tanto por cabeça, que formam uma massa flutuante ou movediça, inassimilável e refrataria aos nossos costumes e ás nossas leis, encerrando um verdadeiro perigo nacional” (MENSAGEM..., 1896, p. 24)⁸, exemplificando as diferenças, já que os colonos que vinham para o Rio Grande do Sul já se tornavam proprietários, fixados numa área; essa ligação do colonos com a terra facilitaria a adaptação à sociedade sul-riograndense, diferentemente do caso dos colonos que seriam empregados nas fazendas paulista, sujeitos a desmandos dos proprietários das terras, causando, em algumas oportunidades, atritos, deixando os colonos desgostosos de sua situação, o que facilitaria com que causassem problemas à ordem.

É perceptivo em alguns relatórios um discurso enaltecendo as qualidades das terras rio-grandenses, ao mesmo tempo em que se fala da boa adaptação dos colonos, tanto à terra quanto à sociedade em que estava se inserido, como se todo e qualquer colono que se estabelecesse no Estado tivesse ótima adaptação em tudo que o rodeasse.

⁷ SILVA, Marcio Both da. *Caboclos e Colonos: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

⁸ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Julio Prates de Castilhos, 20 setembro 1896. Porto Alegre. Tipografia de Cesar Reinhardt.

Os colonos, ao chegarem ao Estado, eram alocados na cidade em que chegavam para depois serem destinados às colônias. Porém, havia casos onde indivíduos circulavam nesses lugares e acabavam por fazer com que colonos com destino certo fossem desviados para outras colônias, ou mesmo, atrasando a partida destes, o que causava, de um modo ou de outro em problemas que deveriam ser resolvidos.

Isso se tornava, obviamente, preocupação da administração pública estadual, sendo que, o funcionário enviado pelo Ministério da Agricultura para fiscalizar o serviço de imigração optou por trocar de lugar a hospedaria em que ficavam os colonos, numa tentativa de amenizar esse problema. Após essa troca, constatou-se que “desde então, chegados os imigrantes, são do pacote que os traz imediatamente transferidos para os pequenos vapores que os conduzem àqueles pontos, para dali, por terra, seguirem a seus últimos destinos” (RELATÓRIO, 1889, p. 13)⁹.

Percebemos, por conseguinte, que havia uma preocupação do governo em toda a cadeia de colonização, a procura do correto andamento do serviço de demarcação de lotes coloniais, para que os colonos que chegassem ao Estado tivessem pronto estabelecimento em alguma colônia, não tendo que esperar muito tempo para ter o acesso à sua propriedade, o que indiretamente também contribuiria para a solução do problema do desvio de colonos para colônias diferentes da que seria o destino final.

Como havia essa preocupação, existiam cobranças para os setores responsáveis, para que aperfeiçoassem os serviços, a fim de desenvolver ainda mais a colonização no Estado. Porém, enfrentavam alguns problemas, tais como “no serviço da colonização provincial continuam a encontrar-se embaraços, devido à falta de encarregados das colônias” (RELATÓRIO..., 1889, p. 14), e assim, não conseguiam colocar em prática esses objetivos por conta do pouco pessoal nesses órgãos públicos responsáveis por essa área, conforme exposto na citação acima. Sobre isso, Roche (1969, p. 122) também destaca que “os meios de transporte e alojamento eram insuficientes, bem como o número dos lotes medidos de antemão”, o que demonstra que a falta de funcionários atrapalhava o andamento dos trabalhos pretendidos pelo governo.

Dos anos de 1891, 1892, 1893 e 1894 não constam tópicos sobre imigração e colonização. Nesses dois últimos anos por consequência da revolução federalista (1893-1895) havia apenas tópicos sobre questões políticas e de guerra.

A partir do ano de 1895 já há a retomada da discussão sobre colonização, principalmente no que concernia à questão da utilização de terras públicas para tal, além da questão de vendas das mesmas, bem como de verificação; nesse caso das verificações há, porém, um contratempo, como

⁹ RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins, presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo 2º vice-presidente Exm. Sr. Coronel João de Freitas Leitão. 24 de julho de 1889.

se pode observar na seguinte passagem:

Devido á falta de segurança pessoal, oriunda da revolução, em certas regiões, não pode ainda o governo mandar verificar cuidadosamente, por uma comissão especial, as posses legitimadas até 1889, algumas das quais não reúnem os imprescindíveis requisitos da lei, embora constem de medições provadamente fantásticas, sendo certo que muitas outras excedem as áreas acusadas pelos respectivos títulos. (MENSAGEM, 1895, p.19)¹⁰

Apesar de anunciar a retomada de serviços após a pausa resultante da guerra civil, ocorrida entre os anos de 1893 e 1895, há ressalvas para o andamento de tal serviço já que, ainda há resquícios do conflito, o que poderia comprometer a segurança de quem estivesse realizando o serviço. Contudo, mesmo com essa falta de segurança, havia a necessidade de se prosseguir o trabalho de verificação de propriedades, e levar adiante o levantamento sobre a real extensão das terras devolutas no Estado.

A questão das terras devolutas e a colonização são assuntos muitos interligados, já que elas eram utilizadas para a criação de colônias pelo próprio Estado, ou então, eram vendidas a indivíduos ou empresas colonizadoras para que esses realizassem a colonização; de qualquer forma, a comercialização de terras e o processo de colonização são indissociáveis (NEUMANN, 2016). A verificação de legitimações concedidas antes de 1889 foi, de acordo com Roche (1969) uma das armas utilizadas pelo governo republicano para realizar o levantamento da real quantidade de terras devolutas existentes no Estado, para que a partir disso, pudessem planejar como utilizá-las.

Dar subsídios aos imigrantes que vinham acabava por ser oneroso para os cofres do Estado; assim sendo, o governo positivista apoiava a imigração espontânea, resultante, em parte, da propaganda dos colonos já estabelecidos no Estado. Com os negócios envolvendo terras devolutas para colonização, e o movimento espontâneo, ao mesmo tempo em que o Estado não arcava com tantos encargos – como quando subsidiava os primeiros tempos dos colonos – havia entrada de recursos para o Tesouro do Estado. Com isso, a chegada ou possível chegada de indivíduos que agregariam no desenvolvimento do Estado era sempre bem recebida:

Repetem-se continuamente os pedidos de colonos europeus, aqui estabelecidos, para ser facilitada a vinda de famílias dos seus parentes e patrícios. Isto pode constituir um bom auspício, porque importa encaminhar e desenvolver a imigração denominada espontânea, única a que sou doutrinariamente adeso, por ser a mais proficua e destituída de perigos no ponto de vista nacional e no tocante á normalidade da atividade agrícola. (MENSAGEM..., 1896, p. 24)

¹⁰ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Julio Prates de Castilhos. 20 de setembro 1895. Porto Alegre. Tipografia de Cesar Reinhardt.

O desejo da imigração espontânea é então mostrado como um gosto pessoal de Julio de Castilhos. O relatório de 1897 também deixa transparecer esse posicionamento, bem como as possíveis vantagens da colonização no Estado, por conta da fixidez do colono em sua propriedade colonial. O governo do Estado via na colonização um importante pilar para a estabilidade política pretendida para o Estado¹¹, onde os colonos contribuiriam para o avanço do positivismo no interior, ou pelo menos, não se colocariam na oposição.

Vemos então que a estratégia de contar com as opiniões dos colonos para atrair imigrantes estava dando resultados, justamente pela busca – por parte de colonos já instalados – de facilidades para que também viessem para o Rio Grande do Sul, familiares e amigos que ainda se encontravam na Europa.

A vinda espontânea seria livre de elementos que poderiam causar alvoroços no Estado, já que seria escolha dos próprios e já chegariam como proprietários, impedindo uma grande movimentação interna imediata à sua chegada que poderia contribuir para um perigo nacional. Também seria uma mão de obra pronta para trabalhar na lavoura e assim, contribuir para o desenvolvimento da agricultura e da economia estadual.

Contudo, Roche (1969, p.123) discute que, os imigrantes “realmente *espontâneos* ou tendo gozado da viagem gratuita oferecida pela união, os imigrantes não interessam ao Estado senão quando se destinam às suas colônias e nelas praticam a agricultura”, contrapondo com o discurso presente nos relatórios, onde – nos anos analisados –, não há menção sobre isso, e sim discussões geralmente não tão aprofundadas; também há de se considerar a possibilidade de que isso não entrava nas discussões dos relatórios. Um exemplo disso é um trecho do relatório de 1900 (MENSAGEM..., 1900, p. 26) onde afirmam, após mostrar o número de imigrantes que entraram no Estado nos primeiros meses do ano, que esses indivíduos se disseminaram nas várias colônias existentes, não declarando se as colônias em questão eram públicas ou particulares¹².

O fluxo constante – mas oscilatório – de imigração espontânea seguia sendo celebrado pelo governo estadual, que ao mesmo tempo em que reforça isso, enaltece as condições geográficas que seriam benéficas para o desenvolvimento dos colonos já assentados e também dos que se assentariam ainda.

No ano de 1903, ao discutirem novamente a imigração espontânea e os benefícios de receber imigrantes, citam como exemplo os EUA, e o seu desenvolvimento, que seria resultado da

¹¹ JACOMELLI, Jussara. *A Atuação da Comissão de Terras e Colonização no projeto de ocupação da Região da Grande Palmeira/RS: 1917-1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2004.

¹² Poucas vezes foi mencionada se as colônias citadas eram públicas ou particulares.

imigração para aquele país. Além de que nos EUA, “jamais se cogitou ali de estabelecer a chamada imigração oficial. Foram unicamente as leis protetoras e outros meios indiretos que estimularam o movimento extraordinário que seguiu-se à guerra da sucessão”¹³ (MENSAGEM..., 1903, p. 15).

Toda a movimentação de chegada de levas imigrantes, combinada com o desenvolvimento das colônias já estabelecidas fazia com que o governo se entusiasmasse com o cenário encontrado, “não pode ser mais florescente o estado de nossas colônias, onde, paralelamente ao desenvolvimento agrícola, outras indústrias nascem e progredem em plena expansão vital”¹⁴ (MENSAGEM..., 1898, p. 24). Porém, ao mesmo tempo em que enaltecem a expansão econômica das colônias, discutem a rescisão de apoio do governo central para o assunto da colonização – ocorrido no ano de 1896 – e que por isso houve queda no número de entradas de imigrantes no Estado, mantendo certo número por conta dos imigrantes espontâneos.

No ano de 1899, volta à baila a questão das terras públicas, e verificação de propriedades. As comissões – eram duas – atendiam os municípios de Santa Cruz, Rio Pardo, Santo Amaro, e Estrela; Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Angelo e Palmeira. Sobre o trabalho realizado por essas comissões, “por efeito de tão salutar medida, extinguiu-se a abominável espoliação do patrimônio público, que nos derradeiros dias do império, constituía objeto de sistemática exploração criminosa por parte de indivíduos sem escrúpulos ou de associações imorais”¹⁵ (MENSAGEM..., 1899, p. 22), mostra-se com isso, resultados positivos sobre o que o governo havia se proposto inicialmente, abrindo oportunidades para utilizar essa terra para fins de colonização.

Com esse aumento nos trabalhos de verificação, aparecem conseqüentemente, também questões de intrusão e posse, sendo que “tais posses, constituídas por nacionais, serão respeitadas e legitimadas em toda sua plenitude, sem que isso acarrete qualquer ônus aos respectivos possuidores” (MENSAGEM..., 1899, p. 23), claro que as posses deveriam seguir leis para que fosse possível a sua legitimação, a fim de manter uma organização nesse processo.

Muitas irregularidades havia sobre a propriedade da terra no Estado. De terras públicas incluídas em propriedades privadas – sem pagamento ao governo – até apossamentos e vendas fraudulentas, onde os colonos “havia adquirido de boa fé uma terra cujo título não era válido” (ROCHE, 1969, p. 120), enfim, o governo não conseguia fiscalizar tudo; assim, com a expedição do decreto n.596 de 10 de fevereiro de 1903, o governo isentava os colonos – tanto nacionais quanto estrangeiros – do pagamento de indenização ao Estado, “embora anuladas as sentenças de

¹³ MENSAGEM do presidente do Rio Grande do Sul, Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1903.

¹⁴ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1898. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d’A Federação.

¹⁵ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1899. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d’A Federação.

legitimação por se fundarem em falsa causa ou falsa prova” (MENSAGEM..., 1903, p. 16).

Ao passo em que iriam regularizar as posses realizadas por boa fé, o governo seguia realizando reivindicações de terras públicas indevidamente apropriadas em propriedades privadas, “é bem notável a porção de terras já reivindicadas às usurpações de avidez insaciável e desonesta, que caracterizou o regime imperial das legitimações de posses”¹⁶ (MENSAGEM..., 1900, p. 24), e assim, a questão da terra, e da propriedade da terra se encaminhava para uma maior organização, o que facilitaria o trabalho da colonização. É possível observar críticas ao modo de agir do governo imperial em relação às terras, que por falta de fiscalização, o apossamento de terras públicas havia sido constante, prejudicando também o Tesouro, visto que não se ganhava nenhum valor com essas terras incorporadas a outras propriedades.

Ao mesmo tempo em que se dispensa atenção para a atenção das terras públicas, e dos casos de posse que poderiam ser legitimadas, segue-se a discussão sobre a imigração espontânea, já que “o colono encaminha-se voluntariamente para a nossa terra, sem nenhum vislumbre de coação oficial” (MENSAGEM..., 1899, p. 23); ao mesmo tempo em que reforçavam a imigração espontânea que ocorria para o Estado, se dissertava também sobre as condições das colônias criadas no período imperial. As condições seriam precárias, justamente pelo “abandono a que votava o colono, uma vez estabelecido na terra que lhe era designada” (MENSAGEM..., 1899, p. 24), esse desamparo ao colono também seria visto, de acordo com o relatório, na falta de vias de comunicação, o que comprometia o desenvolvimento da colônia e o bem estar do colono.

O governo republicano defendia, portanto que, “não basta introduzir o imigrante; é mister, outrossim, preparar a colônia para recebe-lo, dotando a de todos os melhoramentos imprescindíveis” (MENSAGEM..., 1899, p. 14), ou seja, era necessário que o governo se empenhasse nos trabalhos das vias de escoamento de produção e de tráfego de pessoas, dando assim, o apoio necessário para que as colônias pudessem se desenvolver, tanto na agricultura como na parte industrial e de comércio, e assim contribuir para a economia do Estado; o avanço da colonização também era visto como o modo de avançar no domínio territorial do Estado (MENSAGEM..., 1900, p. 25).

Como defesa da atenção dispensada à colonização, está a questão de que o que se investia nessa área, retornava após algum tempo, resultado do aumento da produção e do comércio, que movimentavam o mercado interno estadual, além dos pagamentos das parcelas referentes ao lote colonial (MENSAGEM..., 1901)¹⁷.

¹⁶ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1900. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

¹⁷ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio

Apesar de contar com a propaganda gratuita realizada por colonos já aqui instalados, o governo passou a creditar o enfraquecimento da corrente de imigração espontânea, a algumas notícias negativas – e falsas, segundo o relatório – sobre o Rio Grande do Sul que circulavam na Europa. Todavia, com manifestações favoráveis de alguns órgãos da imprensa alemã, “dissipa-se a maléfica campanha e uma opinião esclarecida tende a generalizar-se em nosso favor nos principais círculos europeus”¹⁸ (MENSAGEM..., 1902, p. 14).

A questão econômica é interligada à questão do desenvolvimento das colônias, deste modo, é posta a necessidade de aumento da produção, por meio de aperfeiçoamento e melhora das vias de transporte¹⁹. Sobre a prosperidade dos núcleos coloniais, “patenteia-se no aumento progressivo dos seus habitantes e do comércio” (MENSAGEM..., 1904, p. 28), por isso a importância da entrada constante de imigrantes, e dos investimentos em infraestrutura na região colonial. Que, conforme já colocado anteriormente, os investimentos governamentais na área de colonização possuíam retorno.

Já no ano de 1905 houve a extinção de comissões de terras, por questões de economia. Todavia, essa ação não traria prejuízo, já que essas comissões teriam feito um grande trabalho até a sua extinção. Nesse ponto, é elogiado o desenvolvimento das colônias sob cuidado do Estado, já que além da qualidade do solo, era importante também o desvelo com que eram administradas²⁰ (MENSAGEM..., 1905).

Para que se seguisse com certo êxito a questão de imigração e colonização, é traçado estratégias para que ao mesmo tempo em que se satisfaça os já instalados, e fossem bem recebidos os novos imigrantes. Isso porque a qualidade da instalação serviria de “exemplo e incentivo aos que necessitarem imigrar”²¹ (MENSAGEM..., 1906, p. 18); só que não poderiam se pautar apenas na imagem dos colonos já instalados; era necessário então, que houvesse a preparação de lotes coloniais, assegurar várias estradas com qualidade, para que quando chegassem ao Estado, os imigrantes possuíssem a infraestrutura necessária para prosperar.

A imigração espontânea se dá de forma fraca, conforme o relatório de 1907; e um dos motivos seria que apenas a ação isolada do governo estadual não seria o suficiente, pois “só os poderes federais dispõem de meios diretos para atrair e encaminhar a imigração europeia”²²

Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1901. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

¹⁸ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1902. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

¹⁹ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1904. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

²⁰ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1905. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

²¹ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1906. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

²² MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio

(MENSAGEM..., 1907, p. 20). Novamente é usado o exemplo dos EUA, dessa vez sobre a participação do governo federal na imigração espontânea.

A discussão sobre a parceria entre os governos federal e estadual chegou a um acordo, onde o governo federal apenas daria subsídio para aquelas famílias que se estabelecessem numa colônia pública – naquele momento, havia apenas a colônia Guarani como pública²³ (MENSAGEM..., 1908).

A parceria entre os governos federal e estadual seguiu durante o ano de 1909, com resultados positivos, uma vez que entrou no Estado mais de 4.000 colonos, que seriam alocados principalmente nas colônias Ijuí e Guarani²⁴ (MENSAGEM..., 1909). Por ser grande o fluxo entrando no Estado, foi reconhecido irregularidades para alocar esses imigrantes; por conta desses contratemplos, alguns colonos acabaram por abandonar a colônia Guarani “e passassem para a República Argentina, que lhe fica na fronteira e onde esperavam encontrar melhor situação” (MENSAGEM..., 1909, p. 29). Porém, seguiram relatando que não encontrando lá melhores condições, acabaram por voltar ao Rio Grande do Sul. Dos países citados em alguns relatórios – EUA e Argentina – o primeiro era visto como exemplo, utilizado em algumas passagens para embasar a opinião, já o segundo, não muito discutido, aparece rapidamente como um país que não supria as necessidades dos colonos que migraram para lá, visto que estes acabaram por voltar ao Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Após a análise das discussões sobre imigração e colonização presentes nos Relatórios de Presidente de Estado do Rio Grande do Sul, foi possível perceber vários aspectos interessantes, que mostram o pensamento dos governantes para com os indivíduos que já se encontravam no Estado, ou que imigraram para cá durante os anos analisados. E que também eram utilizados na procura e na manutenção do apoio para os investimentos na área.

A primeira impressão que fica é que mesmo sendo um relatório para a Assembleia dos Representantes, em alguns momentos o discurso adotava algo de propagandístico, visto que ao dissertar sobre as condições que seriam encontradas por imigrantes, e que já era usufruída por colonos já assentados, muito se elogiava as condições geoclimáticas do Estado, que esse aspecto era

Augusto Borges de Medeiros. 20 de setembro de 1907. Porto Alegre. Oficinas Tipográficas d'A Federação.

²³ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. 20 de setembro de 1908. Porto Alegre. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo.

²⁴ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. 20 de setembro de 1909. Porto Alegre. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo.

fundamental para a propaganda na Europa, já que o imigrante viria para ser proprietário de terras de qualidade; além da exposição de todo o trabalho do governo na manutenção de infraestruturas básicas para o desenvolvimento das colônias, contribuindo assim, para que as colônias tivessem bom desenvolvimento, que se refletiria na economia estadual – seguindo o pensamento positivista que era através da ordem que aconteceria o progresso –, bem como os colonos realizando propaganda gratuita das colônias rio-grandenses para familiares e amigos que se encontravam na Europa, e possíveis integrantes das levas de imigração espontânea. Os colonos eram entendidos como “braços laboriosos” que contribuiriam muito com seu trabalho no “solo rio-grandense”.

A questão de o imigrante se tornar proprietário aqui ao invés de um simples trabalhador assalariado era utilizado como argumento para manter o apoio à colonização, já que um dos Estados que rivalizavam com o Rio Grande do Sul no número de entradas de imigrantes era São Paulo, onde a colonização era diferente, e se dava por meio de parceria, onde o colono seria empregado nas fazendas paulistas, o que segundo o governo, não era tão atrativo, já que os europeus saíam da Europa justamente para melhorar de vida, e isso era possível se tornando proprietário da terra em que trabalhava.

Também havia um forte discurso político nos relatórios, uma vez que em vários momentos se criticava a situação das colônias vindas do período imperial, além da falta de zelo sobre as terras públicas, que eram apropriadas grandes quantidades e o governo imperial não havia feito nada para impedir; enquanto se elogiavam como os governantes que estavam dispostos a resolver a questão das terras devolutas e das posses anteriores à queda do império. Isso pode ser percebido como uma maneira de promover o governo republicano, que estaria se empenhando em colocar ordem no Estado, já que os monarquistas não teriam feito isso.

Para a defesa do projeto de colonização no Estado, eram constantes as análises de rendimentos de áreas da região colonial, já que, mostrando as contribuições para a economia, se teria a opinião pública para mais investimentos em colonização, além de uma exaltação do desenvolvimento das colônias. Por conta do retorno econômico vindo da região colonial, era recorrente o discurso de que tudo que se investia na colonização seria revertido de volta para os cofres públicos, tendo assim, um bom custo-benefício.

Isto posto, é possível verificar como a questão positivista era marcante também nesse assunto, posto que houvesse uma preocupação em toda a organização e administração das colônias, tendo como objetivo final o progresso também econômico do Estado e não escapando disso a questão da colonização estadual.